

RECURSO ESPECIAL Nº 1.792.654 - PA (2019/0020167-7)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : JOSE MARIA BATISTA DOS SANTOS FILHO (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por JOSÉ MARIA BATISTA DOS SANTOS FILHO, com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

A controvérsia foi bem relatada no parecer ministerial (e-STJ fl. 255):

Trata-se de Recurso Especial interposto, com fulcro no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição da República, em face de acórdão proferido pelo Tribunal do Justiça do Estado do Pará, que negou provimento ao apelo do recorrente.

No acórdão, o Tribunal a quo manteve a r. sentença que condenou o recorrente pela prática do crime previsto no art. 157, §2º, inciso I, c/c art. 70, ambos do Código Penal.

O presente Recurso Especial pleiteia a revisão da pena-base em razão da suposta inidoneidade da fundamentação utilizada para exasperação da pena na primeira fase, referente ao motivo do crime e à culpabilidade do agente.

E opinou "*pelo provimento parcial do Recurso Especial, para que seja desconsiderada a circunstância judicial negativa referente aos motivos do crime, por ausência de fundamentação, bem como que seja concedida a ordem, de ofício, para determinar o afastamento da majorante do emprego de arma, frente à revogação do inciso I do §2º do artigo 157 do Código Penal*" (e-STJ fl. 257).

É, em síntese, o relatório.

Decido.

O recorrente pleiteia o afastamento do aumento da pena-base, decorrente da negatização das circunstâncias relativas à culpabilidade do agente e aos motivos do delito de roubo.

E vejo que razão lhe assiste.

Com efeito, a pena-base foi exasperada por se considerarem desfavoráveis **a culpabilidade do réu** ("*é média, agiu intencionalmente e com finalidade específica*" – e-STJ fl. 104) **e os motivos** ("*unicamente a cobiça*" – e-STJ fls. 104/105).

Todavia, tais fundamentos são característicos do próprio delito de roubo e não podem amparar o aumento operado.

Assim, esses vetoriais devem ser considerados favoráveis.

Ainda, verifico flagrantes ilegalidades operadas no acórdão recorrido e que devem ser reparadas de ofício.

De fato, quanto à pena de multa, anoto que sua fixação obedece ao sistema trifásico e pode variar entre o mínimo de 10 (dez) e o máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias-multa, consoante previsão do art. 49 do Código Penal. Na espécie, vejo que o valor arbitrado pela instância ordinária não observou tal regramento e não guarda a devida proporcionalidade com a pena privativa de liberdade, razão pela qual deve ser modificado.

Outrossim, *in casu*, deve ser afastada a causa de aumento decorrente do uso de arma branca, pela incidência retroativa da nova lei mais benéfica que a revogou (Lei n. 13.654/2018).

Nesse sentido, como dantes relatado, é o parecer ministerial, *in verbis* (e-STJ fls. 256/257):

Por fim, em que pese não constar do pedido de recurso, mostra-se necessário o afastamento da majorante referente ao emprego de arma, em razão da revogação do inciso I do §2º do artigo 157 do Código Penal.

Inclusive, este é o entendimento que vem sendo firmado por essa Corte Superior de Justiça, no sentido de que "Com o advento da Lei n. 13.654, de 23 de abril de 2018, que revogou o inciso I do artigo 157 do CP, o emprego de arma branca, embora possa eventualmente ser valorado como circunstância judicial desabonadora, não se subsume a qualquer uma das majorantes do crime de roubo, impondo-se, portanto, a redução da pena na terceira fase da dosimetria, em observância ao princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica, insculpido no art. 5º, XL, da Constituição da República." (HC 449.410/SP, Rei. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 01/08/2018).

Redimensiono, assim, a pena aplicada pela instâncias ordinárias.

Superior Tribunal de Justiça

Na primeira fase, inexistentes circunstâncias desfavoráveis, a pena básica fica em 4 anos de reclusão e 10 dias-multa.

Na segunda fase, embora reconhecidas as atenuantes da confissão e da menoridade relativa, a reprimenda permanece no mínimo de 4 anos de reclusão e 10 dias-multa, em obediência à Súmula n. 231/STJ. Sem agravantes.

Na derradeira etapa, afastada a majorante do emprego de arma, **torna-se definitiva a sanção em 4 anos de reclusão e 10 dias-multa**, à mingua de outras causas de aumento ou diminuição de pena.

Ainda, em observância aos arts. 33, § 2º, *c*, e 44, ambos do Código Penal, considerando o *quantum* final de pena, o recorrente faz *jus* ao regime aberto e à substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, uma vez que as circunstâncias judiciais lhe foram totalmente favoráveis e, também, por ter sido reconhecida sua primariedade.

Diante do exposto, **dou provimento ao recurso especial e concedo, ainda, habeas corpus de ofício**, para reduzir a pena do recorrente, fixar o regime aberto e conceder a substituição da reprimenda por restritivas de direitos, a serem definidas pelo Juízo das Execuções.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator